

## A QUESTÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Luiz Felipe Perret Serpa\*

A educação brasileira, nas três últimas décadas, dentre os seus múltiplos problemas, defronta-se com a questão do livro didático.

Outrora o auxiliar principal do professor na sua tarefa pedagógica cotidiana, a partir da década de 60, o livro didático passou a representar um papel determinante no dia-a-dia do professor.

A questão fundamental, apesar da complexidade da solução, sintetiza-se na necessidade de elaboração de uma política que permita resgatar o livro didático em seu verdadeiro papel de auxiliar principal do professor.

Preocupada com a questão, a Universidade Federal da Bahia organizou e coordenou três encontros sobre o livro didático, com a participação de professores, instituições do sistema educacional, editores, livreiros e autores durante os anos de 1984 a 1986.

Esses encontros tiveram características distintas. O I Encontro Estadual, com a participação de diversos municípios do interior, ocorreu durante três dias em Salvador, com uma série de exposições, mesas-redondas e grupos de trabalho.

O II Encontro constituiu-se como um processo. Num primeiro momento, realizaram-se encontros regionais no interior; num segundo momento, com os documentos dos diversos encontros do interior, realizou-se o encontro em Salvador.

Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia.

O III Encontro ocorreu com outra metodologia. Foram realizados encontros no interior, organizados e coordenados pelas comissões locais, com a participação de professores da Universidade Federal da Bahia. Esses encontros desenvolveram-se em forma de oficinas de avaliação e criação de material didático por área de conhecimento.

Este artigo pretende, a partir de uma análise da experiência dos encontros promovidos pela Universidade Federal da Bahia, dimensionar a questão do livro didático no contexto da educação baiana, em particular, e da educação brasileira, em geral.

### Análise dos encontros do livro didático na Bahia

De imediato, a análise destes encontros indica que existem dois níveis para a questão em pauta: um nível de política educacional, compreendendo aspectos que não estão ligados diretamente com o livro didático. Um outro nível, relativo à política do livro didático, envolvendo ações vinculadas diretamente com a questão.

Na verdade, os dois níveis são interdependentes, mas talvez tenham um certo grau de autonomia, o que permitiria pensar na possibilidade de se tomar decisões em relação à política do livro didático sem modificar significativamente a política educacional.

Considerando-se as características de cada encontro, nossa análise se deterá no II Encontro do Livro Didático na Bahia, realizado em 1985, porque este encontro desenvolveu-se como um processo.

Tomaremos como referência de análise o documento do II Encontro do Livro Didático na Bahia, composto dos documentos finais dos encontros regionais de Santo Antônio de Jesus, Vitória da Conquista, Ilhéus, Barreiras, Jequié e Lençóis.

## **A política educacional**

O nível da política educacional aparece em todos os eventos regionais sob diferentes aspectos, porém sempre constituindo-se como a razão que tornou o livro didático o elemento central da prática educativa:

"Em decorrência da falta de consciência profissional, despreparo do professor, carga horária excessiva, falta de biblioteca, laboratórios, falta de recursos didáticos e financeiros e péssimo salário, o livro didático se tornou o elemento central da prática educativa."<sup>1</sup>

As considerações acima envolvem a formação do professor, a política salarial e condições materiais e financeiras da escola como fatores do desvio do papel do livro didático. Assim, pode-se imaginar que o resgate de seu verdadeiro papel requer uma política educacional que reformule a formação do professor, estabeleça uma política salarial para o magistério e faça maiores investimentos para a melhoria das condições materiais da escola.

O documento do II Encontro do Livro Didático na Bahia chega<sup>2</sup> a elaborar recomendações relativas à pré-escola, à alfabetização, à construção de escolas, à limitação de alunos por classe, a concurso público para a carreira do Magistério, à eliminação de rodízio nas escolas pelo prejuízo que causa aos alunos, à eleição direta para o cargo de diretor de escola e a programas de reciclagem do professor.

Somente na aparência tais recomendações não estão ligadas ao resgate do verdadeiro papel do livro didático. A preocupação com a pré-escola e com a alfabetização significa uma menor probabilidade de evasão da escola e da repetência no curso por parte da criança e um maior preparo para o processo de aprendizagem. A construção de escolas e a eliminação do rodízio são ações que, se articuladas, significariam uma maior

1 II Encontro do Livro Didático na Bahia - Documento Final do Encontro Regional de Santo Antônio de Jesus, 1985. mimeo.

2 II Encontro do Livro Didático na Bahia - Documento Final do Encontro Regional de Ilhéus, 1985. mimeo.

permanência de tempo da criança na escola, o que acarretaria uma maior vivência com o ambiente de aprendizagem. As recomendações vinculadas ao concurso público, à eleição direta dos diretores e aos programas de reciclagem do professor significariam uma melhoria de qualidade do professor, porque profissionalizariam a carreira do magistério e eliminariam influências político-partidárias sobre a escola e a indicação de docentes.

Percebe-se claramente que, a nível da política educacional, os professores participantes do II Encontro do Livro Didático na Bahia, nos seus diferentes Encontros Regionais, reivindicam: profissionalização do professor, ênfase na pré-escola e alfabetização para um maior preparo da criança para o processo de aprendizagem, maior permanência de tempo da criança na escola, assistência técnica permanente ao professor, eliminação de influências político-partidárias sobre o sistema educacional e melhores condições materiais para as escolas.

Acreditamos que, com esses parâmetros da política educacional, o livro didático certamente ocuparia o papel de auxiliar da prática educativa.

Se o livro didático viesse a ocupar seu verdadeiro papel na prática educativa, o que o professor propõe como política do livro didático no documento do II Encontro?

Com essa pergunta, introduzimos o outro nível da questão.

### **A política do livro didático**

A análise dos documentos apresenta dimensões relevantes da questão.

Com o objetivo de sistematizar essas dimensões, discriminamos cada uma delas:

- Escolha e distribuição do livro didático.

Sob esse aspecto, todos os encontros regionais, componentes do II Encontro do Livro Didático na Bahia, desenvolveram críticas tanto ao procedimento da escolha quanto ao da distribuição do livro didático.

Para exemplificar, transcrevemos o seguinte trecho:

"A maior polêmica girou em torno da forma de escolha e distribuição dos livros didáticos às escolas públicas. Foi unânime a aceitação da idéia de que ao invés da distribuição de livros ser feita pelo PLIDEF, que seja destinada uma verba anual a cada escola para que a direção compre os livros escolhidos pelos professores e posteriormente façam prestação de contas ao PLIDEF."<sup>3</sup>

O mesmo Encontro Regional de Barreiras recomenda:

- Distribuição gratuita de livros didáticos e paradidáticos para as bibliotecas das escolas.
- Que as editoras sejam mais pontuais em encaminhar aos professores as obras recém-lançadas, a fim de que possam examiná-las com critério e tempo suficientes antes de adotá-las.
- Descentralização da escolha do livro didático e que a FAE funcione como coordenadora e não como co-editora de livros.
- Distribuição gratuita do livro didático de todas as áreas de estudo.

Percebe-se, em relação à escolha e distribuição do livro didático, que os professores pleiteiam melhores condições para realizar a escolha do livro didático e uma descentralização do processo de distribuição, redimensionando o papel da FAE como organismo coordenador, evitando o papel de co-editor, papel esse que implica subsídio governamental para uma atividade empresarial.

- Indústria do livro.

Em todos os encontros regionais, desenvolveram-se críticas à extensão do modelo econômico brasileiro - altamente concentrador de renda pela

3 II Encontro do Livro Didático na Bahia - Documento Final do Encontro Regional de Barreiras. 1985. mimeo.

sua economia de escala - à política de produção do livro didático.

Na verdade, essa política tem privilegiado um pequeno grupo de editoras que, subsidiadas pelo governo através de co-edições, têm um mercado garantido para sua produção. A disputa desse mercado tem produzido grandes distorções, como o excessivo número de títulos e a interferência dos interesses da indústria do livro sobre a escolha dos livros didáticos nos sistemas educacionais.

Como exemplo, citamos o seguinte trecho de um dos documentos regionais<sup>4</sup>:

"Pela primeira vez em Vitória da Conquista, os professores questionaram problemas como a produção centralizada do livro didático que, de uma certa maneira, cria uma relação de poder que tenta transmitir a ideologia de uma classe dominante que é coerente com a de uma sociedade capitalista e discriminatória, imposta através das editoras e da política governamental, acrescida pelo compromisso das pequenas livrarias com os grandes grupos editoriais.

Verificou-se que esta situação centralizada numa política do livro didático vem ocorrendo desde a política implantada com a COLTED antes de 1964, durante o período de 1964 a 1985 com a FENAME, e já apresenta falhas com o advento da Nova República através da FAE."

Em síntese, no que diz respeito à indústria do livro, os professores pleiteiam um redimensionamento do papel da FAE, transformando-a de fornecedora de subsídios para as editoras em instituição de assistência técnica e financeira de material didático para as escolas.

- Regionalização do livro didático.

Esse pleito é constante em todos os documentos finais dos encontros regionais componentes do II Encontro do Livro Didático na Bahia.

4 II Encontro do Livro Didático na Bahia - Documento Final do Encontro Regional de Vitória da Conquista. 1985. mimeo.

O fundamento do pleito encontra-se na afirmativa de que os livros didáticos adotados não retratam a realidade vivida pelos alunos.

Por outro lado, os professores reivindicam uma política de incentivo intelectual e financeiro capaz de emular a produção de material didático dentro da própria escola, realizada pelos alunos e professores. Essa reivindicação baseia-se no que ocorre, de fato, nas escolas onde professores e alunos elaboram materiais didáticos em condições precárias de assistência técnica e financeira.

A dimensão da regionalização do livro didático apresenta dois aspectos importantes: um deles é a articulação da produção de nível nacional com a produção regional e local e o outro é a criação de mecanismos de apoio e estímulo à elaboração de material didático local e regional.

Os professores no II Encontro do Livro Didático na Bahia já propõem algum encaminhamento para esses aspectos, como a seguinte recomendação<sup>5</sup>:

"Elaborar livros (para complementação), aproveitando redações e pesquisas de alunos e professores a respeito de nosso município (história, arquitetura, paisagem, flora e fauna, folclore, etc.)."

A conjugação dessa recomendação com a proposta do Encontro Regional de Barreiras que consistiu em reivindicar "um programa de incentivo de livros paradidáticos enfocando temas da região, lendas, costumes e tradições, com o apoio do CNPq e da Pró-Memória para fomentar a criação e divulgação dos valores culturais das micro-regiões estaduais" conduz a uma estratégia de apoio e estímulo à elaboração de material didático local e regional e à convivência entre produção local e regional com a produção nacional.

Foi no HI Encontro do Livro Didático na Bahia, realizado em 1986, sob forma de oficinas de produção e análise de material didático por área de

5 II Encontro do Livro Didático na Bahia - Documento Final do Encontro Regional de Lençóis, 1985. mimeo.

conhecimento, que se explicitou a estratégia de abordagem dos aspectos referentes à regionalização do livro didático.

As oficinas de produção e avaliação de material didático formariam o laboratório, mediador da produção didática local e regional com a produção nacional<sup>6</sup>. Esse laboratório, em nível regional, articulado com as bibliotecas públicas da região, seriam os pontos de fomento para a produção, análise e distribuição do material didático na região, envolvendo a produção do livro didático em níveis nacional, regional e local.

- Qualidade do livro didático.

Compreendemos como qualidade do livro didático uma vasta gama de aspectos que vão desde a qualidade gráfica até o conteúdo, incluindo-se ainda a ideologia subjacente do texto e a metodologia proposta.

Os professores, em geral, têm uma apreciação negativa em relação à qualidade do livro didático.

O texto transcrito a seguir, extraído do documento final do Encontro Regional de Ilhéus, ilustra a posição dominante dos professores:

"Há uma grande quantidade de livros didáticos, de várias áreas ou disciplinas, com conceitos ou errados ou mal formulados ou incompletos, o que confunde o aluno e o desestimula a pegar no livro para estudar. Isto é muito freqüente, sobretudo nos livros de Ciências do 1<sup>o</sup> grau.

Há também muito livro mal redigido que peca ora pelo excesso de dados absolutamente supérfluos, ora pela síntese extrema que impede a captação e compreensão do assunto por parte do aluno. Isto ocorre com mais freqüência nos manuais de História, Estudos Sociais, OSPB e Geografia, o que reforça o desinteresse pelo livro. Para a maioria dos professores falta seqüência lógica e clareza em boa parte deles, mas não se têm en-

6 PROPOSTA de Continuidade de Trabalho sobre o Livro Didático na Bahia, documento escrito por Luiz Felipe Perret Serpa e Nelson de Luca Pretto, a partir da reunião da Comissão Estadual do Livro Didático, reunida na Faculdade de Educação da UFBA em 17/7/86 - Salvador-BA. mimeo.

contrado melhores opções. Foram detectados claramente, sobretudo nos livros de Ciências Exatas e Biológicas, a falta de estímulo e de exigência ao raciocínio do aluno, como, por exemplo, a descrição de experiências, em lugar da proposta de fazê-las.

A ideologia burguesa predomina de modo absoluto nos textos que contêm sérias discriminações em relação às mulheres, às minorias raciais e aos jovens.

As ilustrações são inadequadas (por exemplo, aparelhos em desuso ilustrando livros de Ciência) e, muitas vezes, excessivas, visando apenas a preencher páginas em detrimento de um bom texto. Raramente se encontra um livro bem ilustrado.

Quanto ao polêmico item do livro do professor, houve unanimidade contra aquele que se resume a dar respostas às questões propostas, embora tenha sido salientado que ele ainda é uma garantia de acerto para muitos professores... É muito bem vindo, entretanto, aquele manual do professor que fornece subsídios para um aprofundamento do conteúdo por parte do professor ou que dá pistas em relação às possíveis formas de se trabalhar com o assunto."<sup>7</sup>

Constata-se, nesse texto, que vários aspectos sobre a qualidade do livro didático estão presentes: os conceitos, a redação, o não-dimensionamento dos dados, a falta de seqüência lógica, a falta de estímulo ao raciocínio do aluno, a ideologia que acarreta discriminação, a inadequação das ilustrações e a natureza do manual do professor.

Um outro questionamento importante, ligado à qualidade do livro didático, prende-se ao livro descartável. Em um dos encontros, o depoimento de um pai de aluno foi exemplar em relação a esse aspecto e saiu publicado, em separado, no **Boletim-FACED** da Universidade Federal da Bahia<sup>8</sup>.

7 II Encontro do Livro Didático na Bahia - Documento Final do Encontro Regional de Ilhéus, 1985. mimeo.

8 Depoimento de um pai de aluno, no Seminário do Livro Didático, em 12 dez. 1984. UFBA, **Boletim-FACED** (2), dez. 1984.

Tratava-se de um pai de nove filhos, residente nos Alagados, bairro resultante de uma invasão em Salvador, que, em seu depoimento, defendia a permanência por dois anos de qualquer livro didático adotado na escola, com o objetivo de ser usado por irmãos de séries vizinhas. Declarava que a permanência de um livro didático adotado por mais de dois anos não era aconselhável, em face da dinâmica da sociedade moderna.

Esse depoimento coloca, com clareza, o confronto do aspecto econômico-familiar com o da atualidade pedagógica do livro didático adotado, uma questão não observável em décadas passadas.

Em síntese, a análise dos documentos do II Encontro do Livro Didático na Bahia mostra que os professores reconhecem a necessidade de mudanças fundamentais na política educacional brasileira para que o livro didático volte a ocupar o seu verdadeiro papel na prática educativa.

Os professores consideram, ainda, que essas mudanças na política educacional brasileira não são suficientes, porque, mesmo que o papel do livro didático seja resgatado, serão necessárias ainda grandes modificações na sua política, que abrangem a produção, a distribuição e sua utilização nas escolas.

### A questão do livro didático

Estamos em condições, após essa análise, de elaborar algumas considerações sobre a questão do livro didático.

Podemos construir uma lógica compreendendo três categorias extraídas das proposições dos professores participantes dos encontros do livro didático na Bahia.

Do conjunto de proposições envolvendo a formação do professor, a política salarial do magistério, o pleito de concurso público para a carreira do magistério e a necessidade de programas de reciclagem de professores, construímos a categoria **profissionalização do professor**.

De outro conjunto de proposições envolvendo o pleito de melhores condições materiais e financeiras para a escola, de maior atenção à pré-escola

e à alfabetização, da necessidade de construção de escolas, da limitação de alunos por classe, da eliminação de rodízio nas escolas e da eleição direta para o cargo de diretor de escola, formalizamos a categoria **qualidade-quantidade dos sistemas de ensino de 1º e 2º graus**.

Finalmente, temos a categoria **livro didático**, que compreende o conjunto de proposições elaboradas pelos professores em torno da escolha, da distribuição, da regionalização, da indústria e da qualidade do livro didático, essa última envolvendo conteúdo, editoração, ideologia e metodologia contidos nos livros.

As três categorias, surgidas da discussão em torno do livro didático, demonstram a não autonomia da questão. Na verdade, esperaríamos que a questão do livro didático existisse como um recorte da política educacional, se todos os pontos abordados em torno da discussão do assunto pudessem ser classificados na categoria Livro Didático.

Assim, a questão do livro didático constituiu-se, na verdade, em uma vertente da questão da política educacional do governo nas últimas décadas.

Mesmo a questão da política educacional do governo pode ser interpretada como uma vertente das políticas sociais das últimas décadas, as quais podem ser caracterizadas como assistencialistas, sob o ponto de vista social estrito; sob o ponto de vista do modelo econômico, as políticas sociais do governo caracterizaram-se como formas de subsidiar o desenvolvimento industrial do respectivo setor, incentivando a formação de poucos grupos empresariais que exploravam e detinham a produção do setor.

Essa orientação ocorreu nas últimas décadas tanto com a política do livro didático quanto com a da merenda escolar, se considerarmos apenas políticas do setor educacional. Se analisarmos outras políticas sociais do governo, verificaremos a ocorrência da mesma característica, ou seja, políticas sociais assistencialistas, sob o ponto de vista social estrito e fornecedora de subsídios para grupos empresariais, sob o ponto de vista econômico. Foi assim com políticas como a da habitação, a da alimentação e a da saúde.

Para demonstrar a procedência de nossa apreciação, consideraremos a categoria livro didático e o seu conjunto de proposições para compreendermos a questão.

O pleito de um redimensionamento da FAE pressuporia uma mudança nas características das políticas sociais do governo porque sugere que aquela passe a ser um órgão coordenador das ações envolvendo material didático e que se vincule mais aos sistemas de ensino de 1º e 2º graus e menos à indústria do livro. Essa proposta exigiria do governo um novo enfoque em suas políticas sociais, o que significaria uma ordem social do Estado qualitativamente distinta da existente no momento.

A regionalização do livro didático, conceituada como uma estratégia de articulação entre a produção didática local e regional com a produção nacional, significaria uma ação descentralizadora que envolveria mudanças qualitativas na política educacional do governo. Seria pouco provável que o governo realizasse transformações qualitativas na sua política educacional, mantendo outras políticas sociais centralizadas e de caráter assistencialista. Assim, a regionalização do livro didático acarretaria uma mudança qualitativa nas políticas sociais do governo.

Mais relevante ainda é a necessidade de mudanças no modelo econômico, pois ações descentralizadas para a regionalização do livro didático e a proposição de redimensionamento da FAE exigiriam um modelo econômico com característica distributiva. Essa exigência se apóia ao caráter concentrador do modelo e modificaria o papel do Estado na gestão da política econômica, o que implicaria a elaboração de mudanças na ordem econômica.

As proposições envolvendo a qualidade do livro didático articulam-se com a ordem política do Estado. Os livros didáticos, tanto em seu conteúdo e metodologia como na ideologia transmitida, representam a ordem política do Estado autoritário e centralizador. Ao se propor que os livros didáticos sejam redimensionados, considerando o componente histórico do conteúdo e da metodologia de cada área do conhecimento<sup>9</sup> e a abordagem

9 PRETTO, Nelson de Luca. **A ciência nos livros didáticos**. Salvador, CED-UFBA, Ed. da Unicamp, 1985.

do caráter discriminatório da ideologia subjacente, estaríamos reivindicando uma mudança na ordem política do Estado, ou seja, uma transformação para o Estado democrático.

As outras categorias - profissionalização do professor e qualidade-quantidade dos sistemas de ensino de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus - são vertentes mais imediatas da política educacional do governo no contexto de suas políticas sociais.

Pesquisas na Universidade Federal da Bahia<sup>10</sup>, nos últimos três anos, mostram a situação em que se encontram a profissionalização do professor e a qualidade-quantidade dos sistemas de ensino de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus no estado. A transformação dessa situação, mesmo que haja uma decisão política de mudá-la em nível estadual, vai requerer uma nova ordem política, econômica e social do Estado brasileiro, além da determinação e competência do governo estadual. É uma obra para vários governos.

Creio que, se generalizarmos essa situação para todo o Nordeste, não estaremos incorrendo em erro.

Em síntese, a discussão da questão do livro didático passa pela política educacional do governo nas últimas décadas, a qual traduz o enfoque assistencialista de suas políticas sociais, as quais, por seu turno, expressam o modelo econômico de desenvolvimento nesse mesmo período.

As categorias lógicas construídas na discussão da questão do livro didático apontam para a necessidade de se construir uma nova ordem política, econômica e social para a sociedade, a qual só poderá ser obtida com uma nova ordem jurídica do Estado brasileiro.

É o que esperamos da Assembléia Nacional Constituinte.

10 Essas pesquisas compreendem: a) o trabalho educativo desenvolvido pelas escolas de classes multisseriadas, na zona rural, na Bahia, e sua adequação às reais necessidades do grupo humano a que pertencem, coordenada por Dilza Atta; b) levantamento, estudo e análise dos instrumentos de alfabetização utilizados na zona rural do Estado da Bahia, coordenado por Terezinha Fróes Burnham; c) evasão, repetência e distorção idade-série: um estudo de caso sobre causas e medidas de contenção em escolas de 1<sup>o</sup> grau do Estado da Bahia, coordenado por Robert Evan Verhine; d) movimentos populares por educação escolar pública na grande Salvador - período 1975/1985, coordenado por Luiz Felipe Perret Serpa; e) uma série de artigos envolvendo a pré-escola, a alfabetização, a formação do professor, creches e escolas comunitárias publicados no Boletim-FACED da Universidade Federal da Bahia, no período de 1985/1986.